

## ATA Nº05

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 26 de abril de dois mil e dezoito.** -----

-----No vigésimo sexto dia do mês de abril de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 23/02/2018;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- **PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL PARA TRANSPORTES EM TÁXIS NO CONCELHO DE VAGOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – 2018-2019;** -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017;** -----

----- **PONTO SEIS: PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL) – SUSPENSÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Maria Pedro da Silva, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Sérgio Domingos, em substituição de Andreia Pereira Santos Marques,, eleitos na lista do PSD. -----

----- Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, António Bastião, em substituição de Basílio de Oliveira, e Mabel dos Santos em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Bruno Marcelo Regalado Julião e Maria Manuela Sanches em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Andreia Pereira Santos Marques, Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, Basílio de Oliveira e Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente João Paulo Sousa Gonçalves e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Susana Maria Ferreira Gravato, Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 23 de fevereiro de 2018.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e seis de fevereiro e vinte e seis de abril de dois mil e dezoito. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Andreia Marques, Basílio de Oliveira, Óscar Gaspar e Paulo Malta à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- A senhora Deputada Mabel dos Santos usou da palavra para fazer referências a algumas questões que a preocupam na zona sul do Concelho, onde reside uma população envelhecida, com fraca mobilidade e com reduzidos recursos financeiros. A senhora Deputada perguntou pelo ponto de situação da permanência, ou não, do Posto Médico de Covão do Lobo, uma vez que já não existe Posto Médico em Fonte de Angeão. Relativamente à monção de censura, votada e aprovada em Assembleia Municipal, sobre o encerramento da instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola Balcão de Covão do Lobo perguntou pelo *feedback* que se obteve por parte da instituição.

Entretanto, referiu que a estrada de acesso Rines/Covão do Lobo, próximo da pastelaria MIDACRIS, encontra-se quase intransitável. As raízes das árvores têm tornado a estrada degradante. Outra das suas preocupações prende-se com a construção de um armazém nas bordadas da Gândara, que não sabe se será especificamente uma oficina de reparação de automóveis, entre moradias. A senhora Deputada quer saber se esta construção tem licença para laborar, porque colocam-se aqui futuros problemas ambientais e de saúde pública, uma vez que se refere a uma oficina de reparação de automóveis, baterias abandonadas, poluição da água. Uma outra preocupação da população é a lixeira em terrenos na Ponte de Vagos, próximos do cemitério, e a senhora Deputada pergunta que medidas já foram tomadas, ou vão ser, para resolver a situação. Entretanto, referiu que tem conhecimento que muitas das candidaturas relativas a estragos com os incêndios de quinze de outubro de dois mil e dezassete não receberam qualquer tipo de ajuda, por diversos motivos, e a senhora Deputado pergunta quais são esses motivos e o que é que está a ser feito para ajudar essas pessoas. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e começou por fazer uma pequena advertência às rotundas existentes no Concelho de Vagos, em particular às que estão mais próximas da A17. Estas rotundas estão um pouco descuidadas e convinha que elas fossem tratadas de modo a ficarem mais bonitas. Entretanto, lembrou que em Soza andam à solta muitos cães vadios, e alguns são perigosos, e sugere que se tomem providências antes que alguém seja atacado por aqueles animais. Em relação à estrada Salgueiro/Fontão andam lá a ser feitos reparos mas, no entanto, em Salgueiro a maioria das estradas estão todas danificadas, apesar de aquela ser a que estava em estado mais grave e que apresentava maiores problemas, mas as outras estradas também não estão nada boas. O senhor Deputado questionou se está agendado com o empreiteiro algo para resolver a situação daquelas estradas e se está previsto também fazer alguns trabalhos na zona do Fontão. O mesmo se passa com a estrada Salgueiro Lavandeira, ou seja, aquela estrada está também muito danificada e a precisar de ser intervencionada. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e referindo-se à recolha de resíduos no Concelho disse que foi do conhecimento público que iria haver uma reunião com a entidade responsável por esse serviço. A senhora Deputada gostaria de saber as conclusões retiradas dessa reunião e quais as medidas que estão a ser tomadas, porque continuam a existir queixas dos munícipes. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por falar no *ranking* de transparência dos Municípios, que se intitula levantamento de informação de interesse público disponível nos *sites* dos trezentos e oito Municípios. O senhor Deputado referiu que é de realçar a subida do Município de Vagos, de cento e oito lugares, no tal *ranking*, ficando na posição sessenta e oito, sendo neste momento o número um da Região de Aveiro. O senhor Deputado questionou se houve alteração aos dados que estavam no *site* ou se mantiveram o que estava, porque houve notícia por parte da oposição, no ano passado, pela negativa. Entretanto, fez referência à Menção Honrosa, em prémio nacional, que a Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Vagos e

questionou o senhor Presidente para quando o arranque das obras do Palacete Visconde de Valdemouro. O senhor Deputado solicitou um ponto de situação das obras da estrada Rines/Sanchequias, que parecem decorrer a um bom ritmo, e que obras é que o executivo está a pensar lançar em construção até ao final do ano. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do Colégio de Calvão, uma vez que tem sido abordado por alguns encarregados de educação sobre este problema, e saber se a reunião com a senhora Secretária de Estado correu bem e se há alguma informação relevante sobre essa matéria. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que não fazendo política de algumas coisa boas que acontecem no Concelho de Vagos preocupa-o a situação do Posto Médico do covão do Lobo. O senhor Deputado tem conhecimento que houve algum desenvolvimento nos últimos tempos e, por isso, gostava que o senhor Presidente da Câmara fizesse um ponto de situação do que está a acontecer. Por outro lado, e isto já não é de agora, e o senhor Deputado António Bastião já falou nisso, os animais abandonados continuam a ser um problema não só para a população mas também para quem tenta resolver o problema. O senhor Deputado não sabe qual foi a solução encontrada pelo Município para ir tornando o problema menor, porque é difícil de resolver na totalidade. Nesta altura começam a aparecer ainda mais animais e, por isso, qual é a solução encontrada para amenizar este problema. -----

----- O senhor Deputado Tony Richard de Almeida começou por solicitar o *feedback* das Moções apresentadas na última Assembleia Municipal, uma relativamente ao Posto Médico de Covão do Lobo e outra em relação ao encerramento do Balcão de Covão do Lobo da Caixa de Crédito Agrícola Mútua. Outra questão, já aqui levantada, prende-se com a questão dos animais abandonados. Há uma lei que proíbe o abate dos animais e foi “empurrada” para dois mil e dezoito a lei de proibição de abate dos animais. O senhor Deputado tem conhecimento que a Câmara Municipal desenvolveu uma campanha de adoção de animais, sendo os animais entregues já com chip e esterilizados, e quer saber o ponto de situação e informações sobre o cumprimento da lei em vigor. O senhor Deputado questionou ainda sobre o estado de limpeza das matas. Em relação às obras no Palacete Visconde de Valdemouro quis dar nota do convite endereçado pela Câmara Municipal a algumas Associações Culturais para discussão de alguns aspetos de arquitetura do que vai ser intervencionado. Para finalizar deixou uma nota relativamente a um assunto que já havia aqui sido discutido há uns tempos quando se soube da saída intempestiva da antiga organização do Vagos Open Air, festival de música heavy metal. A organização desse festival entendeu que deveria mudar-se para Corroios, porque aí teria melhores condições para aumentar a exposição do festival. Entretanto, dada a uma intervenção muito rápida da Câmara Municipal de Vagos a capital do heavy metal, que é Vagos, não se perdeu e o festival passou a designar-se por Vagos Metal Fest, tendo tido nesse ano duração de dois noites, no ano seguinte três noites e este ano já tem programa para quatro noites. O Voa, Vagos Open Air, passou a designar-se VOA FEST, teve duas noites em dois mil e dezasseis, três noites em dois mil e dezassete e este ano ainda não

tem cartaz para dois mil e dezoito. Pelos vistos Vagos é que devia ser o local indicado para o Vagos Open Air. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para dar nota dos assuntos discutidos na última reunião da CIRA, na qual é representante da Assembleia Municipal, muito abrangentes e muito importantes para o Concelho de Vagos. Os temas discutidos: alteração ao regimento, distribuição da sala, um pouco há imagem do que se passa aqui, tendo em conta as cores políticas e a constituição de grupos de trabalho. Um dos temas mais falados foi, efetivamente, a questão dos Centros de Saúde, que são uma preocupação inter-regional, uns que já fecharam outros que estão para fechar e outros que estão a trabalhar menos horas. Na reunião também se falou dos canis municipais e, neste momento, o único que existe é do Concelho de Ílhavo. A nível da CIRA irá decorrer um concurso para a construção de mais três canis, em Aveiro, Águeda e Ovar. Relativamente à questão dos incêndios, também abordada na reunião, várias problemáticas foram levantadas tais como o combate, a limpeza da mata, as obrigatoriedades da defesa mas a questão que se está a colocar é o que é que se faz depois aos excedentes, ou seja, as pessoas são obrigadas a limpar os seus terrenos mas a verdade é que depois se não tiverem capacidade de absorção o que é que lhes acontece. Esta é a grande questão. A CIRA está a pensar ou na realização de uma parceria ou na construção de uma central de biomassas para tratamento dos resíduos dos onze Municípios. Neste aspeto o senhor Deputado colocou uma questão, ou seja, quis saber se a Câmara Municipal tem alguma solução programada para estes restos/excedentes que ficam da limpeza das matas, se tem algum tipo de apoio na recolha ou algum sítio previsto para o efeito de modo a ajudar a população a absorver estes resíduos. Relativamente à costa marítima houve nas últimas semanas ataques violentos do mar que provocaram danos consideráveis e visíveis, principalmente na Vagueira. O senhor Deputado tem conhecimento que estavam previstos shots de areia para aquela zona e solicitou um ponto de situação do assunto. ---

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para apresentar uma sugestão que se prende com a delegação de competências às Juntas de Freguesia. Com esta delegação surgem algumas responsabilidades às Juntas de Freguesia que tem a ver, precisamente, com a limpeza que é decorrente do seu trabalho. O regulamento municipal está direcionado só para os resíduos urbanos mas não diz nada em relação aos resíduos de natureza pública. Neste sentido, o senhor Deputado considera importante que viesse esclarecido no regulamento o que é que as Juntas de Freguesia devem fazer com estes resíduos resultantes da limpeza das bermas. A Câmara Municipal devia trabalhar com as Juntas de Freguesia e identificar claramente os destinos de valorização autorizados para que esses resíduos sejam aproveitados e tratar de valorizar a orgânica. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra para deixar alguns apontamentos. Em primeiro lugar congratular-se com a sessão solene do 44º aniversário do 25 de Abril que decorreu nos Paços do Concelho, uma sessão onde foram homenageadas todas as mulheres, em particular a vaguenses. Com esta iniciativa dignificou-se muito o Município de Vagos e, por isso, deixou um agradecimento a todos os que ousaram trazer desta forma as comemorações do 25 de Abril tendo

sido uma honra ter estado presente numa sessão tão digna como a de ontem. Em segundo lugar referiu que finalmente consegue vislumbrar aquilo que é vitalidade do Concelho de Vagos, sobretudo em termos de associativismo através da agenda cultural que se chama VIVER. De facto consegue-se perceber que Vagos não morreu, que Vagos está vivo e todos têm a possibilidade de constatar aquilo que de tão bem se faz em Vagos. As associações vaguenses podem agora dar o outro salto que faltava e dizer que é possível que todas as pessoas saibam o que se está a fazer. O associativismo vive para as pessoas e com as pessoas e se assim não for não vale a pena trabalhar, em termos culturais, desportivos e a todos os níveis. Esta agenda trouxe esta mais-valia, permitindo à população agendar ou reagendar a sua agenda, porque se sabe o que é que se vai passar em Vagos. O senhor Deputado mostra-se bastante satisfeito e contente com esta iniciativa que já vai na sua terceira edição. Por último referiu que é bom passar no *site* do Município e ver que houve alguma limpeza e passou para um portal da informação e deixou de ser uma "baralhação" de informação. É muito bom sentir que se encontra rapidamente aquilo que se procura. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por elogiar a sessão do aniversário do 25 de Abril que correu muito bem, foi muito bem pensada, foi dinâmica e deve-se no futuro pensar em formas de divulgação desta sessão e que pudesse, eventualmente, vir a ser realizada em outro espaço que levasse mais pessoas. Entretanto, o senhor Deputado perguntou como é que está a ser preparada a época de incêndios em termos de Proteção Civil. Para finalizar deixou uma sugestão à Câmara Municipal no sentido de se começar a pensar se as estruturas de escadas que são colocadas nas praias, e que são estragadas pelo mau tempo e pela força do mar, se não poderiam ser amovíveis de modo a serem colocadas apenas no verão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e informou que relativamente às moções apresentadas na última sessão, e no que respeita à Caixa de Crédito Agrícola ele próprio pediu o agendamento de uma reunião com o Conselho de Administração para entregar em mãos e explicar o teor da moção. A resposta recebida foi uma nota de indisponibilidade por parte da instituição bancária para a reunião e, portanto, a moção seguiu via correio. Em relação à moção sobre o Posto Médico de Covão do Lobo também se fez chegar às entidades competentes via correio. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. Entretanto, começou a sua intervenção associando-se aos senhores Deputados que falaram sobre a cerimónia do 44º aniversário do 25 de abril, foi de facto algo diferente, para melhor, e no próprio dia disse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que no futuro ter-se-á de pensar em outro local porque este espaço começa a tornar-se pequeno para este tipo de iniciativa. Havendo uma divulgação da beleza da cerimónia e do significado da mesma a população começa a aderir mais. Os apontamentos culturais foram todos no sítio e no momento exato. Em relação à questão do Posto Médico de Covão do Lobo após a Assembleia Municipal ter apresentado uma moção, no sentido fazer chegar às entidades competentes, nomeadamente a ARS e ao ACeS, sobre a necessidade de manter o Posto Médico

do Covão do Lobo aberto, já houve três reuniões, duas com o ACeS e outra com a ARS. Há duas semanas o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo estiveram no ACeS numa reunião. Tanto o ACeS como a ARS têm dito que neste momento no Concelho de Vagos faltam dois médicos, ou melhor, deveria de haver concurso para colocação de dois médicos na Unidade de Saúde de Ponte de Vagos. Neste momento existem duas situações complexas: uma porque existe uma estagiária que não se pode deslocar ao Posto Médico de Covão do Lobo, uma vez que não pode estar sozinha a dar consultas e outra, no Posto Médico de Soza, onde existe só uma médica estando mil e tal utentes sem médico de família. Este foi um assunto abordado no âmbito da reunião da CIRA e Vagos nem está na metade pior dos dados de Saúde da Região de Aveiro, o caso mais problemático é o Município de Albergaria -a-Velha. O que faz falta, basicamente, é aquilo que se tem falado, é preciso mais dinheiro para a saúde para se dotar os postos médicos de meios adequados e suficientes para que os profissionais da área da saúde possam trabalhar. Em relação à moção da Caixa de Crédito Agrícola o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Assembleia Municipal têm trabalhado em conjunto nessa matéria. Antes, mesmo, da moção já tinham realizado uma reunião com o Conselho de Administração da Caixa de Crédito. Entretanto, houve a tentativa de marcar nova reunião, sem sucesso, e, neste momento, aguarda-se que o Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola diga alguma coisa no sentido de se encontrar uma solução para o problema, nomeadamente serviços acessórios de apoio à população daquela zona. Relativamente à estrada Rines/Covão do Lobo é uma zona de descarga das águas pluviais da estrada principal que está a ser intervencionada, Rines/Sanchequias, porque estão a ser colocadas as condutas de águas pluviais. A intervenção nesta estrada está já com duas frentes de trabalho e está a correr muito bem. É uma obra difícil e complexa, com a chuva ficou um pouco pior de trabalhar. Há a possibilidade de abrir uma terceira frente de trabalho e o que tem sido articulado entre a fiscalização, a Câmara Municipal e o empreiteiro é a necessidade de se fazer a estrada por troços fazendo, depois, a libertação de cada um dos troços mediante o *timing* em que é terminado. Em relação aos armazéns que estão a ser construídos na Gândara o senhor Presidente terá de se informar do que se trata mas, independentemente de tudo as entidades hoje em dia, nomeadamente as oficinas, têm de cumprir regras apertadas relativamente às matérias sobrantes da sua operação. Neste sentido não parece que haja motivos para preocupação, porque as oficinas têm de cumprir determinados requisitos. Em relação ao caso em concreto aqui apresentado só com informações mais concretas e o senhor Presidente não as tem neste momento. No que respeita à ajuda às pessoas afetadas pelos incêndios houve meia dúzia de proprietários que não deram entrada da candidatura dentro do prazo. Quanto às outras candidaturas ainda estão a ser analisadas e, portanto, ainda se está a meio do processo burocrático. Tem havido da parte do Governo todo o empenho só que se as pessoas querem que o dinheiro do Estado seja bem gasto também tem de haver o cumprimento de algumas regras. O processo burocrático não é um processo fácil e a única coisa que o senhor Presidente considera incorreto é tentar-se convencer as pessoas que as coisas vão ser muito rápidas. Há coisas que dá

para ser, nomeadamente os processos até vinte e cinco mil euros onde as pessoas já avançaram com as requalificações e estão a aguardar que lhes seja transferido o dinheiro. O senhor Presidente tem conhecimento que já foi adjudicado na CCDRC o procedimento para a reconstrução de moradias nos Municípios de Mira e Vagos e, portanto, agora é só aguardar que se dê início aos procedimentos. Ao nível das empresas o processo engloba também a questão das seguradoras, havendo um trabalho que está a ser feito. Na área da agricultura os processos mais pequenos, até cinco mil euros, já foram pagos, ou seja, as pessoas já receberam o dinheiro. De fora ficaram seis casos, na área da agricultura, porque não entregaram as candidaturas dentro do prazo estabelecido e não foi possível incluí-los. A Câmara Municipal já deu nota ao senhor Ministro da Agricultura que era importante voltar a abrir a plataforma para que as pessoas que ficaram de fora possam concorrer e está a aguardar a resposta. Em relação à questão das rotundas a Câmara Municipal já tem autorização da ASCENDI para intervir nas rotundas, sendo que enquanto não for feita a intervenção a competência da limpeza das rotundas não é da Câmara Municipal e sim da ASCENDI e é a esta entidade que cumpre o dever e a obrigação de proceder às limpezas. Quanto à questão dos cães vadios esta é uma matéria de extrema complexidade para todos os Municípios. Na Assembleia da República foi aprovada, por unanimidade, mais uma legislação que mais uma vez veio sobrecarregar os Municípios, porque a obrigação e a competência para a recolha e guarda dos animais abandonados passa a ser da Câmara Municipal e os recursos financeiros não existem. A legislação que agora saiu prevê que cada Município possa ter cinquenta mil euros para a construção de um canil e gatil e só o projeto que esta a ser feito a nível da CIRA custa esse valor. A candidatura do projeto foi feita a nível da CIRA para serem reembolsados, do valor do projeto, mas o custo total da obra, dos três centros que vão ser construídos, é de dois milhões e meio de euros. Este valor é só o custo da construção, já não se fala na manutenção, na alimentação, na esterilização e todos os cuidados necessários com os animais. As campanhas de adoção que foram feitas ultimamente resultaram muito bem. Entretanto, a Câmara Municipal está a articular com a Gaticão para proporcionar a esta associação condições para albergar alguns dos animais que vão sendo recolhidos. Ainda na última reunião de Câmara fez parte da ordem de trabalhos a atribuição de um apoio de doze mil euros à Gaticão para que eles possam fazer face às despesas. Em tempos já havia sido atribuído um apoio de trinta mil euros para que a Gaticão possa fazer as obras necessárias para o canil ficar possibilitado de fazer o licenciamento na Direção Geral de Veterinária. Entretanto, verificou-se que os trinta mil euros não chegavam e eram necessários mais doze mil euros. Para além disso, porque o Município tem de ter condições para suportar as campanhas de esterilização e de vacinação, está-se a ver a possibilidade de criar em Santo André um espaço para albergar temporariamente alguns animais. Relativamente à estrada Salgueiro/Fontão os trabalhos ainda não chegaram ao Fontão mas as obras continuam e a se tempo chegará. A requalificação da estrada será feita em toda a sua dimensão. Outras situações a Câmara Municipal não tem nota disso mas é possível que o próprio empreiteiro tenha. A estrada Lavandeira/Salgueiro a precisar de alguma intervenção terá de ser a Câmara Municipal a fazê-la e já se está a tratar do procedimento dos alcatroamentos nas Freguesias, para este ano, e essa



será, com certeza, uma das estradas referenciadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza. Em relação à reunião com a Luságua ela ainda não ocorreu, decorrerá em breve, porque conciliar a disponibilidade de agenda dos três Presidentes de Câmara não é muito fácil, porque a reunião é para ser conjunta com Albergaria-A-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos. Quanto à questão da transparência estas coisas têm o valor que têm e no caso de concreto o *site* que foi avaliado foi o antigo, e não o novo, portanto, a informação não foi alterada, era a mesma do ano passado, a avaliação é que deverá ter sido diferente. De todas as formas chamar a este *ranking* o *ranking* da transparência não é verdade, porque não significa transparência nenhuma e sim disponibilidade de informação à população. Sobre a Menção Honrosa, do prémio do IRU, foi interessante no sentido de ver reconhecido o trabalho feito mas o mais importante é avançar-se com a Regeneração Urbana, nomeadamente a requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro. O planeamento das obras para este ano, pelo menos aquelas mais importantes, é de referir os alcatroamentos, alguns eixos fundamentais, nomeadamente os que fazem parte do Eixo da Autarquia para a competitividade que é a estrada que ligará a A17 à Zona Industrial de Vagos e por sua vez à Zona Industrial da Mota e à A25. Uma das telas desse Eixo já está em concurso público, a estrada Florestal 1, junto ao Parque de Campismo para norte. A rua das abelhas também reúne condições para ser lançado o concurso público em breve. Relativamente à Zona Industrial está também para avançar, ainda este ano, estando em fase de conclusão o projeto, a Requalificação daquela área. Para começar está também o plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. Quanto à questão do Colégio de Calvão a reunião com a senhora Secretária de Estado que era para ter acontecido na terça-feira não aconteceu, por indisponibilidade desta, e foi reagendada para a próxima semana, portanto, na próxima sessão da Assembleia Municipal o senhor Presidente espera trazer mais novidades sobre o processo. No que respeita à limpeza das matas a Câmara Municipal está a avançar com os procedimentos, de acordo com a lei em vigor. O levantamento já foi feito e os serviços da Proteção Civil andam a identificar os terrenos que devem ser limpos. A Câmara Municipal já contactou alguns prestadores de serviços nessas matérias para fazerem a limpeza. O que está a ser feito no âmbito da CIRA é associar as limpezas da floresta à criação da Central de Biomassas, ou seja, têm de ser criadas oportunidades para que as pessoas possam fazer o tratamento da sua biomassa e que ela seja rentabilizada. O Concelho de Vagos tinha um sítio que ficava com todos esses resíduos, que era a CIRO, fazia o tratamento e a compostagem de tudo aquilo mas ardeu e, portanto, nesta fase ainda não estão muito disponíveis a aceitar os materiais. Neste momento, e até ter a CIRO a trabalhar em pleno, é difícil mas o que se deve fazer é ir encontrado soluções viáveis para esses resíduos. Na questão da proteção marítima há uma série de coisas que estão anunciadas, nomeadamente os shots de areia na praia da Vagueira, que é um protocolo entre a Agência Portuguesa do Ambiente e a Administração do Porto de Aveiro, que basicamente irá tirar dois milhões de metros cúbicos do Porto de Aveiro e colocá-los na deriva na Costa Nova e que beneficiará a praia da Vagueira. Esta medida já foi anunciada em dois mil e dezasseis e há dois meses foi anunciado o lançamento do concurso. Entretanto, este ano, ao contrário do que é normal, o mar em abril está com marés muito fortes. A

única coisa positiva é que isso abriu o fundo de emergência do fundo ambiental e o Município será ressarcido para reparação de algumas estruturas que ficaram danificadas. Algumas das estruturas de escadas estão já preparadas para serem retiradas e serem colocadas, nomeadamente as da frente marítima da praia da Vagueira. Há sempre o problema das estruturas de base, porque o mar é muito forte e as “sapatas” acabam sempre por ter de levar uma intervenção. A norte da praia da Vagueira a APA construiu muito recentemente um passadiço, uma intervenção que incluiu a colocação do *geobag*, que teve um efeito positivo, mas passado duas ou três semanas acabou por cair com as marés tão fortes. De resto estão a decorrer as intervenções a sul do Labrego e a sul da praia da Vagueira, na praia Nova. Na preparação da época balnear vai haver mais um apoio mínimo de praia, na praia da Vagueira, já houve concurso, já está escolhido o concessionário. Entretanto, vai haver um apoio de praia completo a sul da praia da Vagueira, este ainda está em fase de concurso e, portanto, ainda não será atribuído este verão. -----

----- o senhor Deputado Albano Gonçalves pediu para usar da palavra apenas para informar de que no final da passada semana lhe foi dito, por um responsável da Caixa de Crédito Agrícola de Vagos, que o Balcão de Covão do Lobo havia encerrado definitivamente. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para fazer referência à parte financeira. Relativamente à dívidas a fornecedores e a empreiteiros. No caso da dívida a fornecedores verifica-se um abatimento na casa dos setenta mil euros, e deve-se neste momento 1,4 milhões de euros. No caso dos empreiteiros a dívida subiu mais cento e setenta e dois mil euros, um aumento de 10%. O senhor Deputado perguntou se isto é algum adiantamento das obras que vão começar ou se há outra razão para este aumento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara informou de que não houve nenhum adiantamento, portanto se houve aumento da dívida a empreiteiros pode dever-se ao facto de existirem faturas das empreitadas que tenham sido regularizadas. Como todos sabem o saldo da tesouraria da Câmara Municipal não é um saldo continuo todos os meses. No mês de maio são utilizadas as receitas provenientes do IMI o que levará a dívida, na sua totalidade, a um corte na próxima informação. ----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – NOMEACÃO DOS REPRESENTANTES;** -----

----- O ponto foi retirado mantendo-se os representantes nomeados na sessão de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 05 de abril de 2018 -----

**----- PONTO TRÊS: REGULAMENTO MUNICIPAL PARA TRANSPORTES EM TÁXIS NO CONCELHO DE VAGOS – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO; -----**

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que a alteração prende-se com o facto de pedir à Assembleia Municipal que aprove a revogação da alínea d) do nº 2 do Regulamento Municipal Para Transportes de Táxis, que diz que quando houver a substituição do veículo a licença caduca, o que não faz qualquer sentido. -----

----- Não houve intervenções. -----

.----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo este sido **aprovado por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 05 de abril de 2018. -----

**----- PONTO QUATRO: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – 2018-2019; -----**

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e informou de que em sede de Câmara Municipal foi decidido remeter a proposta de nomeação do mesmo Revisor Oficial de Contas, a PKF. Há três anos atrás foi feito um concurso e foi esta a entidade que ganhou e entendeu-se que seria bom dar continuidade durante alguns anos da mesma entidade, embora seja intenção da Câmara Municipal daqui por dois anos proceder a novo concurso. -----

----- Não houve intervenções. -----

.----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo esta sido **aprovada por unanimidade**, pelos vinte e oito (28) presentes. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 12 de abril de 2018. -----

**----- PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017; -----**

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do documento enviado aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que mais uma vez uma Prestação de Contas prova que os orçamentos que são aqui apresentados não devem ser levados muito a sério. O que é aprovado aqui como orçamento a taxa de execução é sempre muito baixa. Independentemente da taxa de execução não poder ser de 100%, e não ser normal os 100%, e haver sempre uma margem que inclui um conjunto de dados previsionais e um conjunto de candidaturas que naturalmente o Município não controla, a Prestação de Contas é sempre muito melhor para perceber qual o nível de competência de um Município para desempenhar a sua missão. E, por isso, porque todos os Municípios estão sujeitos à Lei dos Compromissos e

Pagamentos, o senhor Deputado perguntava se em relação à taxa de execução tem sido feita alguma comparação com os Municípios vizinhos e se nessa comparação o senhor Presidente está satisfeito. Questiona, também, se o executivo está satisfeito com as receitas, porque o que aqui vem são, naturalmente, as receitas que depois permitam que haja os níveis de investimento, entre outros, que tem a vários níveis, impostos diretos e indiretos, e nesta lógica da taxa de execução quais é que foram as metas que falharam, quais as rubricas que falharam e porque é que a taxa de execução não foi melhor. O senhor Presidente não vai, com certeza, dizer que fez tudo aquilo a que se tinha proposto, da maneira a que se tinha proposto, porque existiram falhas e coisas que foram ponderadas de forma imprudente. O senhor Deputado perguntou se o perfil de estudos que estão nos pareceres consultorias se impende os recursos da Câmara Municipal a fazê-los e porquê. Há um conjunto de recursos qualificados na Câmara com certeza os concursos que foram feitos aos longos dos anos tiveram por base os níveis de competências que eram necessários para aquilo que é a atribuição dos Municípios. Nesse sentido, o senhor Deputado perguntou se esses estudos, que foram solicitados e estão nessas rubricas, podem ou não ser feitos pelos recursos da Câmara Municipal, e aqui inclui todos aqueles que estão na Autarquia por nomeação política. Ao nível de investimento, e tendo em conta um conjunto de elementos que estavam nos orçamentos dos anos transatos, é importante ter a capacidade de ver que ao longo dos anos, analisando os orçamentos anteriores, vê-se que há um conjunto de elementos que se perpetuam nos orçamentos e que depois não aparecem realizados nas prestações de contas. Em relação à Regeneração da Vila de Vagos, por exemplo, tinha dois mil euros em dois mil e dezasseis e um milhão de euros para dois mil e dezasseis, que não foram gastos. O Centro Cultural de Vagos tem mil euros em dois mil e dezasseis e tinha dois milhões e meio nos dois anos seguintes, mas até à presente data ainda não se viu a obra. E o mesmo se passa em relação a outras obras que já aqui se falaram hoje, como a Zona Industrial de Vagos. Todos os anos o Partido Socialista tem apresentado um conjunto de propostas anuais para serem incluídas nos orçamentos e, portanto, não podia deixar de ser dito como ponto positivo está a aceitação de uma dessas propostas, a existência de um orçamento participativo. Como ponto negativo há a referir o conjunto de ideias que em tempo útil foram apresentadas, e que não foram depois aproveitadas, e que o PS conta que sejam aproveitadas e que sejam depois apresentadas na próxima prestação de contas, nomeadamente: um montante de apoio à divulgação dos ajustes diretos; um conjunto de melhorias na Zona Industrial de Vagos, desde a limpeza das estradas, rede viária, construção de passeios. O senhor Presidente falou, neste ponto, num assunto relacionado com a dívida, ou seja, informou de que o Município de Vagos vai estar fora do PAEL, o senhor Deputado pergunta quem é que vai “obrigar” o Executivo a controlar a dívida, uma vez que, o documento do PAEL é que obrigava o Município a controlar a dívida, como a todos os Municípios. Entretanto, houve um anúncio de que a dívida vai aumentar para o ano e o senhor Deputado gostaria de saber se esse insucesso na gestão da dívida terá o mesmo destaque na comunicação social, em dois mil e dezoito, que teve a diminuição. Para finalizar o senhor Deputado perguntou quanto é foi gasto, este ano, e o que é que está na prestação de contas, sobre o apoio a políticas de comunicação da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referindo-se à questão dos diferimentos disse que aparece no documento um valor de quinze milhões oitocentos e noventa e seis mil euros, valor esse extremamente alto. Apesar de no documento, página sessenta nove, dizer a que é que se refere, ou seja, *“que esta conta de acréscimos e diferimentos passivos compreende a estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias cujo os direitos foram adquiridos em dois mil e dezassete, mas serão pagos em dois mil e dezoito, assim como os valores do subsídio ao investimento relevados em proveitos diferidos cujo reconhecimento e resultados do ano corrente ocorre na proporção da amortização dos respetivos bens.”* O senhor Deputado sugere que seria interessante acrescentar de futuro no mapa, referido pelo senhor Presidente, a que é que esses diferimentos se referem. Em relação à questão das amortizações o senhor Deputado continua a entender que os cinco milhões é um valor extremamente elevado, senão mesmo exagerado. Provavelmente quando for implementado o SNCAP estes valores diminuirão drasticamente. O documento de Prestação de Contas está extremamente bem feito, com informação bem apresentada. Na execução o valor fica abaixo dos 85% mas existem ferramentas para fazer correção/alteração, não há execução, evidentemente, mas aos orçamentos para evitar estas situações. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete quem verificar bem repara que há apenas 3% de aumento das receitas. Relativamente ao documento verifica-se que o resultado líquido do exercício continua negativo, 2,7 milhões de euros. Independentemente da opinião a contribuição das amortizações, para este resultado, é um valor para o qual os investidores olham. Em relação à execução orçamental, efetivamente, é o segundo ano consecutivo que está abaixo dos 85%. A execução orçamental do Plano Plurianual do Investimento, no que toca ao investimento propriamente dito, para dois mil e dezassete ficou em 51,74%, ou seja, só se concretizou metade daquilo que estava previsto no orçamento e para o grupo municipal do CDS isso é muito pouco. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior Neto usou da palavra para deixar uma questão relativamente à receita. A maior fonte de receita serão os impostos diretos e seria importante que isso fosse mais explorado, ou seja, que percentagem desta receita corresponde a impostos aplicados a nível de indústria privada no Concelho de Vagos. O senhor Deputado pergunta qual é o plano do Executivo para aumentar a receita do Município no próximo ano. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referido que analisando o relatório de gestão e prestação de contas o que chama logo à atenção é que desde dois mil e catorze o investimento do Município recuou cerca de dois milhões e meio de euros. O ano de dois mil e dezassete é o ano em que esta rubrica apresenta o valor mais baixo da última década. O Plano Plurianual de Investimento mesmo com esta dotação orçamental mais baixa da década apresenta uma taxa de execução de 51,74% e na ótica do grupo municipal do CDS poder-se-ia ter ido mais além, porque já tinha investimento e financiamento desde julho de dois mil e dezassete. É por isto que o grupo municipal do CDS afirma que é um mau resultado, em termos de investimento foi um mau resultado. Existem aqui melhorias que têm de ser feitas e fragilidades que têm de ser

corrigidas. Este défice no investimento, como todos sabem, também se deve à crise que assolou Portugal nos últimos anos. Naturalmente, há alguma preocupação em relação a esta situação porque há de facto necessidade de uma política de investimento, cativar mais fundos europeus de investimento, porque só assim haverá um melhor desenvolvimento económico, social e territorial e apresentar-se-iam contas que revelariam progresso e bem-estar. Como ainda não foi feito, e de forma coerente seria bom que no futuro isso venha a acontecer, o grupo municipal do CDS irá votar contra esta prestação de contas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões abordadas pelos senhores Deputados e começou por dizer que lhe custa ouvir algumas críticas feitas a este tipo de documentos porque revela, sobretudo, alguma falta de respeito pelos trabalhadores da Câmara Municipal. Quando alguém diz que estas contas não são para levar a sério porque este documento é uma “*folha de couve*” não é a forma mais correta de discutir as coisas politicamente. O resultado que aqui está, e que foi enviado para todos, é um trabalho da divisão financeira da Câmara Municipal, embora o mérito ou o demérito da qualidade da informação seja responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal. Como o senhor Presidente da Câmara reconhece mérito nesta informação quis aqui partilhá-lo com os funcionários da Câmara Municipal que colaboraram na elaboração deste documento. A questão da execução, e dos números propriamente ditos, são uma responsabilidade política que obviamente o Executivo Municipal assume. É evidente que o senhor Presidente não está satisfeito com o nível de execução nem com os níveis de receita. O Governo já deveria ter feito as transferências, para as Autarquias, que estão previstas na Lei das Finanças Locais e que ao abrigo do Acordo que tem com o PSD vai repor 25% nos próximos quatro anos, em cada um dos anos, para cumprir aquilo que indevidamente, incumprindo a Lei das Finanças Locais, está a reter e que é dinheiro dos Municípios. A receita do Município de Vagos seria maior se o Estado cumprisse com as suas obrigações e pagasse aquilo que a Lei das Finanças Locais define. O senhor Presidente também não está nada satisfeito com o grau de execução do quadro de apoios do Portugal 2020. A questão das contratualizações dos recursos humanos, o que se verifica é que os recursos humanos são cada vez menos na Câmara Municipal. A Autarquia não perdeu exatamente recursos técnicos, o grande volume de funcionários que perdeu foi dos armazéns municipais. O que se passa é que, por exemplo, a Autarquia para prepara projetos e candidaturas a fundos comunitários tem de contratualizar projetistas fora. A Câmara Municipal não tem capacidade interna para fazer projetos. Relativamente aos fundos comunitários o senhor Presidente acredita que este ano serão executados, há projetos aprovados, há vários milhões de euros de fundos comunitários já aprovados e há alguns que já estão a começar a serem executados, nomeadamente na Regeneração Urbana. Dos cerca de dois milhões e meios de euros já foi executada uma parte em dois mil e dezassete para concorrer ao Acelerador e ir-se buscar mais cento e oitenta mil euros, como foi o caso. Entretanto, está-se a dar início ao concurso público para o Plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza, que é fundamental para a captação de novos investimentos, o que levará o Município, no futuro, a aumentar o número de receitas. A Câmara

Municipal tem o IMI na taxa mínima, aprovada por esta Assembleia Municipal, e querendo aumentar muito a receita uma das formas é aumentar o IMI. Mas, até à presente data, não tem sido essa a opção, e bem, decisão da Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal. Entretanto, também não é de esquecer que em termos de benefícios fiscais todos estes novos investimentos captados para o Município nos últimos anos tiveram força da deliberação da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, estando isentos do pagamento de impostos, IMI e Derrama, durante os primeiros dez anos da sua atividade. Esta receita, muita dela, só entrará nos cofres do Município no próximo mandato. O Município terá de se consciencializar que fez um investimento a médio prazo e que só terá retorno a partir de dois mil e vinte e um. Em relação à questão do PAEL, e à saída do PAEL, o Município de Vagos foi obrigado, pelo Orçamento de Estado 2018, a sair. O PAEL para o Município de Vagos já está suspenso desde dois mil e dezassete. Em dois mil e dezassete a saída foi automática, não houve necessidade de vir à Assembleia Municipal, e este ano é uma revalidação. No entanto, não foi pelo facto do Município não ter o PAEL em execução durante o ano de dois mil e dezassete que não foi cumprida a obrigação de diminuição da dívida. Relativamente às amortizações o senhor Presidente concorda com o que foi dito pelo senhor Deputado Juan Martins mas quando se começar com o SNCAP parte destas questões ficarão resolvidas. Em relação ao documento da Prestação de Contas 2017 quem olhar para o Município de Vagos nos últimos quatro anos e tiver a coragem de dizer que não houve progressão e que não tem mais bem estar, mais trabalho e mais investimento não está a fazer uma análise justa, não só do ponto de vista da Câmara Municipal mas de todo o envolvimento de todo o Concelho. -----

-----A senhora Deputada Helena Marques abandonou a sessão às 20h 30m e o senhor Deputado Bruno Julião às 20h 45m. -----

----- Não havendo intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com seis (6) votos contra do grupo municipal do CDS-PP, dezanove (19) votos a favor dos grupos municipais do PSD e do PS e uma (1) abstenção do senhor Deputado Xavier Prior Neto, do grupo municipal do PSD.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 12 de abril de 2018. -----

-----**PONTO SEIS: PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL) – SUSPENSÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o ponto e explicou que no ano passado no Orçamento de Estado para 2017 os Municípios que cumprissem os pagamentos em atraso ficavam automaticamente suspensos das obrigações inerentes ao PAEL. Este ano a Lei do Orçamento de Estado obriga que esta questão venha a Assembleia Municipal para aprovação, ou seja que a Assembleia Municipal aprove a suspensão do Plano de Ajustamento Local. No caso do Município entrar em incumprimento, relativamente aos pagamentos em atraso, esses plano financeiro entrará automaticamente em vigor. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e lembrou que o PAEL foi um Programa de Apoio à Economia Local, iniciado em dois mil e doze, e que constava na intervenção junto dos Municípios que não cumprissem a regularização do pagamento de dívida dos Municípios vencida há mais de noventa dias. Portanto, dá a ideia que sair do PAEL é realmente uma boa notícia, e é, mas ter-se-á de perceber como é que se chegou até aqui, ou seja, se houve uma intervenção foi porque alguém não cumpriu. A ideia que fica é que o PAEL é um instrumento utilizado em todos os Municípios do País mas não é verdade. A suspensão do PAEL é uma boa notícia, uma vez que este programa “amarrava” o Município a uma série de obrigações, a que estava obrigado a cumprir. O que se espera é que todo este processo tenha servido de lição e que se passe a respeitar o limite de endividamento municipal e a inexistência de pagamentos em atraso que se torne uma realidade, porque só assim é que a Câmara Municipal consegue investir mais. Este é o fim de um processo e o que se espera é que não se tenha de, daqui por algum tempo, fazer uma meia volta. -----

----- O senhor Presidente da câmara Municipal usou da palavra e referiu que o PAEL foi uma boa medida adotada para apoiar os Municípios que se encontrava, na altura, com algumas dificuldades financeiras e que os salvou de uma situação muito complicada atendendo à situação económica que se atravessava na altura. A Câmara Municipal, para além de outras situações, foi penalizada derivado a processos judiciais antigos, tendo o último sido resolvido no ano passado com a “vitória” do Município no processo que pedia mais cinco milhões de euros de indemnização, o processo do Parque de Campismo. Se este processo tivesse dado a derrota ao Município eram mais cinco milhões de euros que entravam na dívida municipal. Por outro lado, houve cortes muito profundos que nas Autarquias que nunca mais foram repostos. A Lei das Finanças locais é a Lei mais violada que existe no quadro legal português, porque nunca foi cumprida. Ainda agora é reconhecido isso no acordo entre o PS e o PSD, que vai finalmente daqui a quatro anos repor a totalidade das transferências que os Municípios já deviam ter desde dois mil e treze. No caso do Município de Vagos parte da responsabilidade da dívida foi devido aos cortes que as Autarquias sofreram e quando se aprovou em dois mil e doze, por unanimidade, nesta Assembleia Municipal, o PAEL foi feito por todos com a consciência que se teria de reduzir a dívida e foi isso que foi feito.

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com vinte e cinco (25) votos a favor dos grupos municipais do PSD e do CDS-PP e uma (1) abstenção da senhora Deputada Maria Manuela Sanches, do grupo municipal do PS. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público interveio o senhor Alexandre Marques, da Freguesia de Calvão, e perguntou se a Câmara Municipal de Vagos tem alguma intenção para reduzir o perigo que se encontra na estreita Ponte do Areão, uma intervenção ou não para a estrada que liga o Areão à Vagueira, que se encontra deplorável, e por fim, uma obra patrocinada pela POLIS, nas Folsas Novas, no Cais do



Moliço, feita há sensivelmente pouco tempo, onde foi feita a recuperação daquele espaço e que hoje se encontra cheio de ervas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que em relação às duas primeiras questões, a Ponte do Areão e a estrada Areão Vagueira, fazem parte dos planos da Câmara Municipal, não como uma das primeiras prioridades mas estão apontadas para intervenção. Em relação às Folsas Novas a limpeza do espaço irá ser providenciada tão breve quanto possível.

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,** \_\_\_\_\_.